

# A PROBLEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO NO PENSAMENTO MILITAR BRASILEIRO (1922-1937)

José Adalberto Mourão Dantas\*

**RESUMO:** O artigo mostra como o pensamento militar brasileiro vai, aos poucos, assumindo um caráter desenvolvimentista, na busca de um projeto nacional para o país, entre 1922 e 1937. Os militares revoltosos dos anos de 1920 não possuíam um projeto para o Brasil. Suas revoltas objetivaram, num primeiro momento, resgatar a dignidade das Forças Armadas que, segundo eles, havia sido ultrajada pelo governo. Porém, foi o processo revolucionário destes anos que permitiu que os tenentes começassem a pensar num projeto para Brasil. Tal projeto, porém, só tomou forma com o Estado Novo, em 1937. A partir desta data, o desenvolvimento econômico do país passou a ter um projeto oriundo do pensamento militar brasileiro, e que, mediante ações práticas, acelerou o crescimento do Brasil. Era o momento de uma nova ordem a qual exigia a presença do Estado com suas diversas manifestações.

**Palavras-chave:** Pensamento militar; Desenvolvimento Econômico; Estado Novo.

## 1 INTRODUÇÃO

Os economistas só passaram a estudar especificamente o atraso dos países pobres a partir do final da Segunda Guerra Mundial. Foram chamados de “desenvolvimentistas”, por procurarem soluções para que os países pobres atingissem o desenvolvimento econômico. Paul Rosenstein-Rodan, Ragnar Nurkse, Arthur Lewis, Raúl Prebisch, Albert Hirschman e Gunnar Myrdal estão entre os grandes pioneiros da Teoria do Desenvolvimento Econômico (SOUZA, 1999). No entanto, no Brasil, o pensamento militar antecedeu as preocupações dos teóricos do desenvolvimento.

O presente artigo objetiva discutir os movimentos de revolta militar ocorridos entre 1922 e 1937 e verificar se estes movimentos tinham um projeto para o desenvolvimento econômico do país. Apesar do ano de 1930 já ser consagrado como uma baliza histórica pela historiografia brasileira, foi necessário retornar aos anos de 1920, posto que as raízes do movimento supracitado estão no início da segunda década do século XX.

Partimos da hipótese de que os movimentos militares denominados de “tenentistas”, no seu início, não apresentaram um projeto de desenvolvimento para o Brasil.<sup>2</sup> Porém, foi a experiência adquirida em campo pelos revoltosos que vai permitir a elaboração de um projeto inicial para o país. Uma segunda hipótese é que somente com o Estado Novo, em 1937, é que se chega a uma formulação completa de um projeto de cunho desenvolvimentista para o Brasil.

Para comprovar tais hipóteses, trouxemos a fala dos atores do período. Homens que fizeram história. Deixaram seus testemunhos por escrito e se tornaram memorialistas. As memórias são fontes que ficam como registros dos fatos. São as memórias resultantes da vivência dos protagonistas. Mas o historiador que trabalha com o método histórico não se satisfaz com uma única fonte, busca outras, e as compara. Assim o fizemos. Cotejamos as memórias com várias interpretações históricas, com documentos oficiais, anais de seminários, entre outros. Posteriormente construímos a nossa interpretação do período.

O artigo foi dividido em quatro. Na primeira, são analisadas as revoltas militares da década de 1920, principalmente as referentes aos anos de 1922, 1924 e a Coluna Prestes. Na segunda seção, é discutida a influência do positivismo no pensamento militar do período. A terceira seção trata da Revolução de 1930, seus motivos e conseqüências. Na quarta seção, é a vez de estudar o Estado Novo, surgido em 1937, e seu comprometimento com o desenvolvimento do Brasil. Por fim, nas conclusões, verificaremos a validade de nossas duas hipóteses.

\* Professor Aposentado/UEM/Professor Titular na UNIFAMMAUEM

<sup>1</sup> O termo “tenentismo” foi cunhado em referência aos jovens oficiais que desde o início da década de 1920 vinham se rebelando contra os governos da Primeira República. Contudo, no movimento tenentista havia oficiais de postos superiores, inclusive generais.

## 2 AS REVOLTAS MILITARES DOS ANOS DE 1920

Os militares envolvidos nos movimentos que vão de 1922 a 1930 tinham um projeto para o Brasil? Eles vão paulatinamente construindo tal projeto? Ou a luta armada do período foi simplesmente uma luta corporativista?

A segunda questão é a mais plausível. Com o desenrolar dos movimentos de contestação e com a marcha da Coluna Prestes, os insurretos não só vão tomando contato com as condições de vida da população, mas também idealizando um projeto para o país, ainda que lentamente.

O material pesquisado nos mostra que as primeiras reivindicações tenentistas possuíam um conteúdo corporativista e político, mas não partidário. Corporativista na medida em que exigem o respeito à corporação militar, no caso, o Exército. O *sprit de corp* falava mais alto do que qualquer aspiração política que evidenciasse uma plataforma de mudanças significativas. As diversas declarações dos chefes da revolução não deixam dúvidas: Juarez Távora, por diversas vezes afirmou que os brios do Exército foram maculados, assim sendo, tornava-se necessário punir os culpados pela desonra causada à Força (TÁVORA, 1974). Antes de falecer, o General Ernesto Geisel, um dos tenentes do período, perguntado em entrevista se sua geração tinha um projeto para o país, declarou:

Não. Não havia um projeto específico, inclusive não tínhamos cultura para isso. Achávamos apenas que a nação tinha que respirar, tinha que ser diferente, tinha que trabalhar mais. Não encarávamos só o problema do ponto de vista do Exército, olhávamos o quadro geral do país, principalmente político. Achávamos que o país estava acomodado. Era o regime do coronelismo, dos favores recíprocos (...) (GEISEL apud D'ARAÚJO & CASTRO, 1997, p.30).

Uma ressalva: Geisel não participou dos movimentos de 1922 e 1924. Só ingressou na Escola Militar de Realengo em 1925, um ano após a revolta de 1924, em São Paulo. Mas Geisel dizia-se contaminado por tais movimentos, além de pertencer a uma geração de cadetes revolucionários.

O General Juracy Magalhães, Tenente em 1930, afirmou que “Na verdade, nós, os tenentes, não possuíamos uma ideologia definida, não nos ligávamos a esta ou aquela classe social (...) queríamos combater à injustiça e ao mesmo tempo confrontar as altas patentes do Exército (...)” (MAGALHÃES apud GUEIROS, 1997, p.44).

O general e historiador Nelson Werneck Sodré, na sua pesquisa sobre o período, notou que “O tenentismo, particularmente entre 1922 e 1924 (...) foi sempre pobre em manifestações programáticas” (SODRÉ, 1985, p.45). Quando presos e interrogados, os tenentes sempre afirmavam que o movimento por eles realizado buscava a ética, valores democráticos e o retorno ao Estado de Direito, posto que os governos do período anterior a 1930 não respeitavam a Constituição. Segundo Sodré, no interrogatório policial militar a que foi submetido Eduardo Gomes (um dos sobreviventes da Revolta dos 18 do Forte de 1922), este declarou que “(...) participara do movimento porque o governo estava saindo fora da lei com o propósito de intervir em Pernambuco e porque era desejo do país ver afastada a hipótese da posse do Dr. Artur Bernardes” (GOMES apud SODRÉ, 1985, p.46). Siqueira Campos, outro célebre revolucionário, declarou que “(...) a prisão do Marechal Hermes da Fonseca e a maneira como o Exército fora tratado permitia e esse Exército todos os atos de revolta” (CAMPOS apud SODRÉ, 1985, p.46). A declaração que não deixa dúvida do caráter corporativista dos movimentos militares da Primeira República, principalmente das revoltas de 1922, foi a do Tenente-Coronel Frutuoso Mendes que responsabilizou o presidente da República, Epitácio Pessoa, por tais movimentos:

Praticou excessivas arbitrariedades, violências, injustiças, desobediência às leis e ultrajes contra as classes armadas e as demais da nação, por ter reprimido e prendido injustamente inúmeros oficiais, alguns dos quais de alta patente e sem uma nota que lhes manchasse a brilhante fé de ofício, pela prisão de um Marechal, o chefe do Exército, em pleno estado normal, num regimento comandado por tenente coronel, sob o pretexto de ter infringido a disciplina, pelo fechamento do histórico Clube Militar de tão gloriosas tradições, ato que por si só basta para evidenciar a sua provocação insolente e injuriosa ao Exército (MENDES apud SODRÉ, 1985, p.46).

Percebemos que todas as declarações daqueles que haviam pegado em armas evidenciavam o lado da insatisfação pela perseguição a parcela de oficiais do Exército. É a desforra que dá conteúdo ao discurso dos tenentes. Távora (1974, p.5), ao lembrar tais acontecimentos, assim os explicou:

Na verdade, a meu ver, o movimento de rebelião de julho de 1922 não tivera, no seu preparo e malograda deflagração, intuítos políticos previamente caracterizados, embora – se vitorioso – pudesse ter-nos conduzidos a um governo militar (...) Caracterizava-se ele, desde o início até seu desfecho, como simples manifestação de desgosto ao pondonor do Exército, melindrado de início, pelas chamadas [cartas falsas], atribuídas à autoria do senhor Arthur Bernardes, então simples candidato à presidência da república.

No calor das emoções, os ataques dos tenentes pareciam não ter um alvo específico, “Dirigia-se, porém, de qualquer forma, contra a autoridade constituída, ou a constituir-se, sem visar qualquer modificação constitucional” (TÁVORA, 1974, p.5). O General Dias Lopes, comandante dos movimentos de 1922 e 1924, assim os definiu: “O Exército quer a pátria como a deixou o império, com os mesmos princípios de integridade moral, consciência patriótica, proibidade administrativa e alto descortino político” (LOPES apud MEIRELLES, 1996, p.95).

Desta forma, os movimentos militares dos anos de 1920 atuavam no limite da lei. Procuravam conservar o regime, apesar das suas muitas falhas. Queriam, na verdade, seu aperfeiçoamento e não sua extinção.

No entanto, a revolta de 1924, cujo epicentro localizou-se na cidade de São Paulo, mas com grandes repercussões em vários estados da federação, inclusive com levantes armados, ampliou o leque de reivindicações e revestiu-se de um conteúdo programático mais abrangente. Vários manifestos foram distribuídos à população paulistana com a intenção de explicar as causas e objetivos da revolta. Em um dos documentos, podia-se ler que a revolução “(...) visava mudar completamente a situação do governo da República e dos Estados (...)” (SODRÉ, 1985, p.47). A revolta apontava para mudanças mais amplas, embora difusas. Contudo, o objetivo básico mantinha-se: “(...) o Exército nacional não pode e não pôde nunca aceitar, (o governo de Bernardes) pois permanecem de pé as gravíssimas ofensas por ele dirigidas ao Exército” (Ibid.). Na visão do Tenente Juracy Magalhães, “Os tenentes queriam estabelecer no Brasil uma democracia comparável à dos Estados Unidos, onde os direitos do cidadão eram respeitados e a prosperidade estava ao alcance de qualquer trabalhador” (MAGALHÃES apud GUEIROS, 1997, p.43). Os tenentes ampliavam o leque programático, chegando inclusive a demonstrar certo nacionalismo no seu discurso. Referindo-se a missão econômica inglesa que visitou o país na década de 1920, os tenentes não economizam críticas ao governo, “(...) por não ter poupado ao país o vexame de uma vistoria estrangeira (...)” (SODRÉ, 1985, p.48). No estado do Amazonas, os revoltosos foram mais contundentes. Em um manifesto datado de 1924, disseram: “(...) na economia [estacionamos], nas finanças, os orçamentos não passavam de símbolos aritméticos, inexpressivos e falsíssimos [?]. Em 35 anos de regime republicano, nosso povo ignora o que seja regime democrático, vive maltrapilho e faminto” (Ibid.). O diagnóstico dos tenentes para tal situação era de que “(...) os governantes nada fazem do que mentir despudoradamente” (Ibid., p.48).

Observa-se, assim, uma preocupação com a situação da população brasileira. O ideário programático dos tenentes rompe com o corporativismo no momento do movimento de 1924, mas continua difuso. Em outras regiões do país, a ampliação do discurso é mais notória, principalmente devido ao contato dos jovens oficiais com as precárias condições de existência da população mais distante da “coorte”, o Distrito Federal, sede da elite militar de então. O caso dos amotinados sediados na longínqua Amazônia é exemplar, porque se diziam lutar “(...) fundamentalmente pela emancipação dos pobres da ganância dos ‘quadrilheiros vorazes’ e a forma que buscam é a criação dos Tributos da Redenção, ou seja, a cobrança de altos impostos aos ricos para atender aos pobres” (FORJAZ, 1977, p.69).

As falas dos militares revoltados vão se ampliando com o passar do tempo. O General Olinto de Mesquita, em plena floresta, no meio dos índios, ao comemorar o 7 de setembro de 1924, atribuiu ao capitalismo a culpa pelas condições de vida dos índios: “(...) foi o capitalismo ignóbil, base da organização social que nos domina, que relegou o índio ao degredo voluntário em que definha” (MESQUITA apud SODRÉ, 1985, p.50). Surgiu aí, no discurso dos

“tenentes”, uma primeira referência ao sistema, à ordem econômica. Como solução, o mesmo General, romanticamente, diz que o capitalismo deveria ser metralhado no Brasil. E mais, já existia por parte dos revolucionários “(...) o germe da preocupação com o planejamento ausente no universo das elites no poder” (FORJAZ, 1977, p.73).

A formação da Coluna Prestes, em abril de 1925, juntando combatentes de várias regiões do país, e movimentando-se pelo interior do Brasil, proporcionou a oportunidade de um contato mais aproximado com a sofrida população interiorana, fazendo com que o ideário dos tenentes se dilatasse. Tal fato foi assim descrito por Távora (1974, p.6):

Com o prosseguimento da luta sustentada, em 1925 e 1926, pela coluna Miguel Costa-Prestes, no interior do Brasil, juntaram-se as implicações políticas iniciais, outras de natureza econômico-social, induzidas pelas impressionantes condições de misérias e abandono a que estava sendo condenada a quase totalidade de nossas populações interioranas.

A Coluna Prestes, por onde passou, pregou o seu ideário liberal-democrata, entre 1925 e 1927. Nas palavras de um dos comandantes da Coluna, o Capitão João Alberto, “Marchando sempre, para evitar combates desvantajosos, a Coluna levava por onde passava a propaganda dos princípios de respeito à liberdade e da verdade eleitoral e também o protesto contra o descalabro administrativo reinante no país” (ALBERTO apud TÁVORA, 1974, p.6). Uma preocupação com a organização administrativa do país passou a ser, também, objeto dos tenentes.

Quando da inauguração do monumento de *La Gaíba* (edificado em solo da Bolívia após a internação e exílio dos componentes da Coluna neste país), em homenagem aos que sucumbiram em luta (julho de 1927), os combatentes redigiram um manifesto no qual fizeram de um lado, uma avaliação das revoltas militares e, por outro lado, um prognóstico esperançoso da vitória.

Távora (1974, p.7), ao fazer um balanço da revolução em carta a Prestes, demonstrou como havia mudado a amplitude dos objetivos dos tenentes: “(...) pugnei pelo estabelecimento de uma nova estrutura política que, sem relegar os fundamentos da democracia, pudesse estabelecer, em nome de todas as classes e em benefício do povo, uma nova estrutura econômico-social”. Aqui já se fazia referência, com ênfase, a democracia. Os tenentes falavam em nome de todas as classes sociais, e em nome do povo. Consideravam-se uma vanguarda.

No final da “aventura” da Coluna Prestes, existia uma referência à degradação moral da nação devido aos políticos. Fica evidenciado que os militares revoltosos se bateram contra tal degradação. Buscavam a moralização do país que estava sendo dirigido por políticos inescrupulosos. E com relação a tais políticos, o documento é claro: “(...) a quase totalidade desses políticos visa tão somente locupletar-se com a fortuna pública e sobrepõe as suas ambições inconfessáveis aos interesses nacionais (...)” (LIMA, 1979, p.515). O manifesto da Coluna Prestes fazia referências adicionais aos interesses nacionais, demonstrando assim uma maior abrangência de preocupação por parte dos revolucionários. Mesmo assim, os militares revoltosos não precisavam com clareza quais os verdadeiros interesses nacionais.

Diante do exposto, é evidente a ampliação do ideário dos revoltosos, decorrente do contato com as condições de vida da população. Então, o que se busca é entender como o imaginário dos tenentes pôde captar e apreender o real; formular, ainda que de forma incipiente, um pensamento, que foi se modificando continuamente até o início de 1930, sem, contudo, apresentar-se como acabado.

### 3 A INFLUÊNCIA DO POSITIVISMO NO PENSAMENTO MILITAR

A explicação plausível para a formação de um pensamento que explique a ação dos militares revoltosos pode ser buscada na “A ideologia alemã”, de Karl Marx e Friedrich Engels, quando afirmam que “Não é a consciência

que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX & ENGELS, 1989, p.21). Em outras palavras, a realidade que se apresenta ao indivíduo é que vai moldar as suas idéias, sua visão de mundo e a *práxis* (a ação sobre tal mundo).<sup>3</sup> Assim, os tenentes, nas primeiras escaramuças, pensaram e agiram corporativamente em função das condições reais que os cercavam: homens, na maioria das vezes, provenientes da classe média, que haviam cursado escolas de elevado nível (Colégio Militar e Escola Militar), e que se colocavam acima da média intelectual da população. Daí se consideravam de vanguarda. A sociedade como um todo, vale recordar, apresentava-se como rural, voltada para uma economia agrário-exportadora, concentradora de renda e com uma parca industrialização em processo.

Nesse período, e em consonância com o que acontecia no resto do mundo, a doutrina dominante era o liberalismo. As elites brasileiras, ligadas à atividade exportadora, propugnavam a favor do pensamento liberal, por estar voltada nossa economia para o comércio exterior (LUZ, 1975). Assim, os tenentes advogavam, em dado momento, ao menos no plano político, princípios liberais, tipo voto secreto e liberdade de imprensa. Enfim, desejavam manter princípios genéricos da democracia burguesa. Deste modo, as principais idéias tenentistas estavam ligadas ao liberalismo político e econômico, já em fase descendente. As idéias no Brasil, portanto, espelhavam o espírito do tempo, conforme a assertiva hegeliana. Não foi possível pensar diferente. Tal fato foi notado por Trevisan (1985, p.26): “Não nos esqueçamos: a década de 1920 é a década de mudança no mundo todo. A Primeira Guerra deixara uma esteira de pessimismo e desordem que, de um modo ou de outro, traduziu-se em ebulição, efervescência de idéias, de pedidos de mudança. No Brasil não seria diferente”. Nesta mesma linha de raciocínio, o Tenente Juracy Magalhães vai dizer que “No mundo inteiro, batiam-se os jovens pela modernidade (...) Seguíamos uma tendência universal de desintegração e mudança” (MAGALHÃES apud GUEIROS, 1997, p.43). Não só no Brasil, mas em toda América do Sul. Recorrendo a Boris Fausto, Trevisan mostra que “(...) os episódios de 1930 expandiram-se por toda a América Latina. Começaram na Argentina em setembro de 1930, no Brasil em outubro (...) Os exércitos intervieram de diferentes maneiras em cada país, mas produziram sensíveis mudanças” (FAUSTO apud TREVISAN, 1985, p.30).

Mas o liberalismo teórico dos tenentes entrava em contradição com a prática política deles. Entendiam que triunfada a Revolução de 1924, um governo com uma direção suprema seria confiada a uma ditadura. Távora, apesar de se dizer democrata e liberal, após a vitória de 1930, se colocou contra ao retorno à democracia: “Opunhamo-nos pela palavra, a idéia de um retorno imediato ao regime constitucional, porque acreditávamos que a ditadura ainda não realizara – mas podia fazê-lo em prazo curto – alguns daqueles objetivos por que nos batêramos (...)” (TÁVORA, 1974, p.86). Esta contradição sempre esteve presente no tenentismo: lutar pela democracia mesmo que para alcançá-la fosse necessária a implantação de uma ditadura.

Ainda influenciando os tenentes havia o positivismo. O positivismo teve grande aceitação entre os militares brasileiros por dois motivos básicos: 1) a formação positivista dos oficiais que freqüentaram a Escola Militar da Praia Vermelha; 2) a presença de vários oficiais, como professores desta Escola, que facilitou a sua divulgação. O mais conhecido dos professores positivista foi Benjamim Constant, do corpo docente da Escola Naval.

O positivismo pregava o amor à pátria, a ordem e o progresso. Entendia o positivismo que a ciência positivista deveria iluminar os caminhos dos políticos e uma elite deveria dirigir o país: os intelectuais. Segundo Trevisan (1985, p.14):

O positivismo na segunda metade do século XIX chega ao Brasil com a idéia de progresso e ordem. O positivismo apresentava-se como científico, matemático, filosófico, enfim uma doutrina séria, em um país que todos sabemos como é. Assim, todos aqueles que de alguma forma se sentem contrariados pela ordem do império apressaram-se a abraçar a doutrina. Os positivistas defendiam a idéia de uma elite científica. Diminuiu o espaço político do parlamento. Não se deve discutir o que é cientificamente correto.

<sup>2</sup> Para o entendimento do que vem a ser “práxis”, consultar Sanchez Vazquez (1990). Observar especificamente toda a primeira parte do livro e o primeiro capítulo da segunda parte.

Para Trevisan (1985), houve um estado de espírito que facilitou a introdução do positivismo no Exército: a insatisfação com o comportamento dos políticos; os baixos investimentos por parte do governo no elemento humano e na aquisição de material bélico para as Forças Armadas; a “desordem” reinante no país pela falta de cumprimento da constituição. Junte a estes fatores à formação bacharelesca dos militares da Escola da Praia Vermelha, muito próxima da jurídica, que no período sofria grande influência positivista. Desta forma, “O Exército que não existe isolado da sociedade, envolveu-se a seu modo, na década de contestação. Usaram seus instrumentos de profissão, manejados pela geração jovem, sempre acessível ao novo” (TREVISAN, 1985, p.26).

Vale ressaltar que a maioria dos revoltosos do período foi formada na Escola Militar do Realengo onde, ao contrário da Escola da Praia Vermelha, o ensino estava muito mais voltado para a técnica do combate, à guerra, do que para uma formação humanista. Contudo, os jovens tenentes tiveram como professores os oficiais formados na Escola da Praia Vermelha, os “bacharéis”, recebendo deles uma gama de influências no tocante a formação. Nesse sentido, observou Carvalho (1977, p.197): “(...) os bacharéis, adeptos do pacifismo positivista, desprezavam as façanhas bélicas e consideravam a Guerra do Paraguai um desastre. Na Escola Militar, medalha de guerra era causa de ridículo (...)”.

Então era de se esperar que no imaginário dos tenentes houvesse a idéia de que o Brasil deveria corrigir os rumos sem grandes traumas. Deveria voltar ao Estado de direito que havia sido usurpado pelos governos. Manter-se a ordem era imperativo necessário ao desenvolvimento. Tudo de acordo com a ordem e o progresso positivista.

É claro, porém, que a política é dinâmica. Os fatos sociais cambiam rapidamente em função das modificações de cenários mais amplos. Foi o que aconteceu com a política brasileira quando os anos de 1920 chegaram ao seu final e, com ela, veio a Revolução de 1930.

#### 4 A REVOLUÇÃO DE 1930: UM NOVO PENSAR NUM NOVO MOMENTO

No dia 24 de outubro, Washington Luiz foi deposto da presidência da República pelos revoltosos civis e militares. Os revoltosos de 1930 também impediram a posse do presidente-eleito Júlio Prestes. O advogado gaúcho Getúlio Vargas, líder civil da revolução, assumiu a chefia do Governo Provisório no dia 3 de novembro de 1930, no Palácio do Catete (Rio de Janeiro).

Vitoriosa a Revolução de 1930, prescindia esta, no início, de um programa que representasse os diversos segmentos político, civil e militar, que dela participaram. Juarez Távora, um dos expoentes militares revolucionários, foi um dos primeiros a perceber tal situação e, numa entrevista publicada no *O Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, explicou que “(...) achava deficiente o programa de governo da Aliança Liberal” (TÁVORA, 1974, p.10). Mas foi o que se tinha na época como norte a ser perseguido pela revolução. Távora elucida ainda mais a situação programática dos vitoriosos de 1930, dizendo que “A verdade é que me sentia perplexo (...) Essa perplexidade decorria, em parte, da disparidade de pensamento – mesmo entre os líderes militares do movimento vitorioso, a despeito das transformações a operar, e dos caminhos adequados para realizá-los” (Ibid., p.11). Tudo isso caracterizava o “programa revolucionário” como genérico e difuso, sem qualquer objetividade, conforme pode ser inferido do manifesto do Tenente-Coronel Góis Monteiro. Este, referindo-se ao tempo de duração da revolução e do conteúdo programático, afirmou:

A duração do governo provisório que obedecerá as normas constitucionais, tanto quanto possível, sem prejuízo das medidas de exceção, que o momento reclama, será de tempo indeterminado, até conseguir a reconstituição dos negócios públicos e a remodelação gradual do país, sempre a sombra dos mais rígidos moldes da moral e do direito (MONTEIRO apud TÁVORA, 1974, p.11).

A generalidade do programa é percebida quando Góis Monteiro faz referência aos rígidos moldes da moral. Que moldes? Como falar no direito se ele mesmo rompe com o Estado de Direito vigente? O que colocar no lugar? Não se tem clareza. Talvez o que se buscava naquele início de governo revolucionário fosse evitar a propaganda comunista

iniciada com a ruptura de Carlos Prestes com os tenentes. Outra vez recorremos a Távora: “Continuava faltando um programa de governo, com indicação séria das transformações a executar, e capaz de neutralizar a agitação comunista (...)” (TÁVORA, 1974, p.15). De qualquer forma, Távora insistia:

Parecia-me necessário e urgente definir rumos certos para a ação da ditadura (...) Na verdade a ação revolucionária continuava a processar-se, sem rumos certos (...) Sentia-me profundamente desalentado, entre a ânsia desordenada de renovação (...) e a inércia conservadora, que parecia dominar o Governo Provisório da República (Ibid., p.16).

A falta de um paradigma também foi notada pelo Tenente Juracy Magalhães: “(...) os tenentes mal sabiam que medidas tomar. Não tinham, a rigor, um programa para mudar a sociedade” (MAGALHÃES apud GUEIROS, 1997, p.46). Apesar das incertezas do programa algo era dado como certo no discurso dos revolucionários vitoriosos: a ditadura instalara-se sem prazo para findar. Recorrendo a Távora (1974, p.43):

Relembro que mal terminada a campanha militar de outubro, tive oportunidade de afirmar, aos meus companheiros de luta, que a etapa até ali realizada pela revolução era, sem dúvida, a mais fácil e de menores responsabilidades. Vitoriosa pelas armas, impunha-se à revolução realizar, em seguida com energia e critério, a obra ciclópica de desentulho do montão de ruínas e detritos, que fora a triste herança legada à geração do presente (...) Foi para realizar essa tarefa que se instituiu, em fins de 1930, a ditadura no Brasil – porque não haveria homem capaz de levá-la a cabo, tendo de respeitar, por força da disposição constitucional, a sacramento da legalidade com que se tinha coonestado todos os erros e crimes do regime decaído. Essa obra prévia de desentulho, a ditadura só poderá dar por concluída quando houver separado, criteriosamente, o joio do trigo (...).

Quando terminará a separação do joio do trigo? Quem definirá o fim? O próprio Távora (1974, p.43) incluía-se entre aqueles que desejavam a permanência da ditadura: “Incluo-me entre os que acreditam que ainda é benéfica para o país a ação da ditadura”. No dia 6 de janeiro de 1931, em uma entrevista como delegado militar do governo junto as Interventorias do Norte e Nordeste e falando acerca da duração do Governo Provisório, Távora (1974, p.20) afirmou “(...) que ele devia durar até a solução de alguns graves problemas – inviável dentro da normalidade constitucional”.

Além de defender a ditadura, Juarez Távora explicitou a necessidade de os militares tutelarem os administradores civis e, de uma forma geral, os políticos. Em agosto de 1931, afirmou Távora que “(...) havia defendido, com convicção, a tese de que os revolucionários militares não deviam, senão excepcionalmente, ocupar cargos de administração civil durante o período do governo discricionário, afim de melhor poderem vigiar a ação dos administradores civis (...)” (Ibid., p.36). Tanto isso é verdade, que os vencedores de 1930, não tendo definido diretrizes e implementado qualquer política para o país, resolvem fundar o *Clube 3 de Outubro* (em maio de 1931), com o objetivo de se constituir um “(...) núcleo de debates, condensação e defesa das idéias revolucionárias, à margem dos partidos políticos, que haviam combatido ou ajudado a vitória da Revolução de 1930” (Ibid., p.36). Observe-se que a expressão “à margem dos partidos políticos” denota que os revolucionários filiados ao clube estabeleciam um fórum de idéias e debates independente da organização partidária nacional. Esperava-se que os debates resultassem no surgimento de um projeto mais definido e consistente, o qual orientasse as políticas do governo nas diversas áreas de atuação deste.

Juarez Távora, durante o *I Congresso Nacional Revolucionário*, encaminhou algumas propostas discutidas e aprovadas no clube. Entre elas, estava “O interesse da coletividade [bem comum], acima dos interesses individuais. A União incontestavelmente sobreposta aos estados federados. O nacionalismo acima do internacionalismo” (TÁVORA, 1974, p.67).

O *Clube 3 de Outubro*, na *I Convenção Nacional*, aprovou quatorze teses, de caráter administrativo e econômico que, se postas em prática, modernizariam as estruturas brasileiras em diversas áreas. Contudo, observava-se a presença tímida de cláusulas econômicas, preponderando, principalmente, cláusulas administrativas e políticas.<sup>4</sup>

<sup>3</sup> A I Convenção Nacional do Clube 3 de Outubro foi realizada em 5 de julho de 1932, no Palácio Tiradentes (Rio de Janeiro).

Algumas destas cláusulas merecem uma melhor discussão. A centralização política e administrativa no governo federal é um fato notório, tendo como conseqüência o atrofiamento dos estados da federação. A tese de número Quatro é o exemplo do que afirmamos. Diz ela: “Fortalecimento da União Nacional, pela ampliação dos seus meios de atuação sobre a coletividade brasileira e pela restrição de determinados excessos de autonomia local” (TÁVORA, 1974, p.260). Como desdobramento, a tese previa no seu item “a” uma “(...) unificação da justiça, tanto no referente à sua organização, como no processo” (Ibid.). E no item “b”, uma “(...) uniformização de toda atividade governamental, em tudo quanto disser respeito ao ensino e à saúde pública, estabelecendo a centralização, sem prejuízo da descentralização administrativa” (Ibid.). A tese Sete demonstrava o interesse pelo controle das atividades econômicas por parte do Estado. Dizia a tese: “Criação de um Conselho Federal, que superintenda a atividade, administrativa econômica e financeira da União e de Conselhos Estaduais que à semelhança dos atuais Departamentos Municipais, controlem as administrações dos Municípios” (Ibid., p.261). Para viabilizar tal controle, a tese previa “A obrigatoriedade do equilíbrio orçamentário e o regime de ampla publicidade com relação à arrecadação e à aplicação dos dinheiros públicos (...)” (Ibid., p.261). A arrecadação denotava a preocupação com a transparência nos negócios públicos. A tese Sete indicava também os mecanismos punitivos para o mal administrador: “O estabelecimento na esfera administrativa de um código rigoroso para apuração sistemática da responsabilidade funcional dos administradores públicos e dos depositários de quaisquer mandatos políticos” (Ibid., p.262).

No tocante a um sistema tributário, o *Clube 3 de Outubro* apontava para a “Racionalização do sistema tributário, suprimindo-se as tributações irracionais (impostos interestaduais e intermunicipais, de exportação, etc.) e tendo como pontos cardeais os impostos progressivos, sobre propriedade territorial, sobre heranças e legados e sobre a renda, este último até que se tenha definido um sistema de tributação eqüitativa sobre o capital” (Ibid., p.262). Tal sistema tributário foi bastante inovador para época, principalmente pela tributação sobre herança e sobre o capital.

Encontramos, então, até a esta altura da pesquisa, algumas idéias esparsas (tutela militar aos civis, capacidade de definir o que é joio ou trigo, intervenção militar, ditadura para retornar a democracia, vanguarda, nacionalismo, centralismo político e econômico) que irão mais tarde compor de forma organizada um pensamento militar. Este não só justificará as intervenções militares, como norteará diagnósticos e prognósticos militares-políticos para o país. Abordaremos isso mais a frente.

Do ponto de vista econômico-administrativo, as teses do *Clube 3 de Outubro* comprovam que os tenentes vitoriosos tinham algumas idéias de como reorganizar o Brasil. Juarez Távora, em um relatório que prestava contas da Interventoria do Norte, sob sua responsabilidade, alinou alguns pontos que já definiam com clareza as matizes do pensamento militar brasileiro. Entendia Távora (1974, p.48) que a solução definitiva dos problemas brasileiros seria alcançada com a observância dos seguintes itens:

- 1 – Independência do poder Judiciário e unificação da justiça e do Código de processo;
- 2 – Uniformização do ensino público;
- 3 – Racionalização do sistema tributário, a começar por uma reforma radical das tarifas alfandegárias;
- 4 – Instituição de órgãos técnicos autônomos, capazes de planejar e garantir a continuidade das soluções dos problemas nacionais, apesar da transitoriedade dos governos republicanos;
- 5 – Instituição de tribunal administrativo e remodelação do tribunal de contas, de forma a tornar prático e efetivo o regime de responsabilidade da administração pública;
- 6 – Nacionalização das minas e das quedas d’água antes que umas e outras hajam caído nas mãos de alguns sindicatos estrangeiros.

É notório que alguns dos itens anteriores apontam para um processo de modernização administrativa. A idéia de uma reforma tributária já havia sido lançada pelos tenentes da Coluna Prestes. Na época, advogavam uma reforma que indicava uma cobrança de impostos progressivos, que incidiriam numa maior carga tributária para os mais abastados. Propugnar pelo planejamento econômico e administrativo no período era inovar administrativamente na medida em que a Europa ainda tateava na arte do planejamento, vindo a consolidar as técnicas de planejamento com

o keynesianismo.<sup>5</sup> Este item chama a atenção porque o planejamento será um eficiente instrumento de intervenção estatal a partir de meados dos anos de 1930 em todo mundo. Assim, o Brasil do período estava em consonância com as técnicas mais avançadas de controle orçamentário e administrativo. Evidenciava-se com o planejamento a idéia da intervenção estatal.

Na mesma linha da modernidade administrativa, seguiu-se a instituição do Tribunal Administrativo e a remodelação do Tribunal de Contas. Observa-se, outra vez, a preocupação com o controle da coisa pública. Contudo, o que mais chama a atenção é o caráter nacionalista da proposta no tocante a nacionalização das minas e das quedas d'água, e a preocupação de que estas não caíam em mãos estrangeiras. É óbvio que Juarez Távora, como engenheiro militar, sabia da importância das quedas d'água para a criação de um parque energético nacional. Especificamente como militar, sabia da importância do domínio da energia para a segurança do país. Tanto isso é verdade que o Exército será mais tarde um grande incentivador do fortalecimento de um sistema energético nacional.

No final de 1932, Juarez Távora foi nomeado Ministro da Agricultura do Governo Provisório. Em discurso, defendeu teses nacionalistas que deveriam ser incorporadas à Constituição:

Abolição do chamado direito de acessão, incorporando-se as riquezas do subsolo e as fontes de energia hidráulica ao patrimônio da união, com caráter de imprescritibilidade e inalienabilidade; e competência exclusiva da união para outorgar a particulares o direito de pesquisa e de lavra das jazidas minerais; e, bem assim, o da exploração de energia hidráulica em águas consideradas de domínio público (TAVORA, 1974, p.110).

Na gestão de Távora, uma série de empresas estatais foram criadas para dar suporte ao desenvolvimento. Entre elas, destacam-se: Estação Experimental de Café (em Bauru; São Paulo); Usina de Despoldamento (em Ipaçu; São Paulo); Rebeneficiamento de Café (em São Caetano do Sul; São Paulo); Estação Experimental de Plantas Têxteis (em Surubim; Pernambuco); Horto Florestal (em Barbalha; Ceará); Campos de Semente (em Davi Caldas; Piauí). Além disso, em 10 de julho de 1934, criou-se o Banco Nacional de Crédito Agrícola.

Dito isto, fica evidente que o Estado oriundo da Revolução de 1930 foi um Estado intervencionista e estatizante, principalmente nos setores estratégicos da infra-estrutura econômica.

O que se pode argumentar de todas estas atividades desenvolvidas por um antigo revolucionário à frente do Ministério da Agricultura, é que foram iniciativas individuais do ministro, e não resultante de atividades programáticas. No entanto, pouco a pouco, a experiência dos militares em funções políticas e administrativas irá fornecer meios para que se construa um pensamento que estabelecerá elos entre desenvolvimento e segurança. E mais, a participação de Távora em um ministério era o reconhecimento pelo que os tenentes fizeram desde os anos de 1920. Desta forma, a participação de Távora na condução dos destinos do país (enquanto ministro) não foi a participação de um cidadão comum, e sim a de um revolucionário. E sua ação ministerial foi norteada pelos ideais tenentistas e da Coluna Prestes e não por um programa oriundo da Revolução de 1930, na medida em que tal revolução foi fruto de um acordo com os civis, consubstanciado na Aliança Liberal, que faziam oposição ao regime da oligarquia agrária.

Mesmo reconhecendo que ao ocuparem cargos públicos e de caráter civil (para os quais não tinham experiência comprovada), os tenentes imprimiram ações administrativas, isto não fazia parte de uma idéia pré-concebida. Era sim uma lógica dominante no mundo dos anos de 1930: como forma de evitar crises, o Estado passaria a regular as atividades econômicas e sociais. A presença do Estado na sociedade já era uma tendência que se desdobrava do século passado, mas que, com a crise de 1930, tornou-se imprescindível.<sup>6</sup>

<sup>4</sup> Keynes (1985), no capítulo final de seu grande livro de 1936 ("A teoria geral do emprego, do juro e da moeda"), fazia referência ao planejamento através da expressão "socialização dos investimentos". Embora o termo tenha assustado muitos economistas liberais, queria dizer, simplesmente, que os investimentos por serem o grande motor do crescimento, e peça fundamental da demanda efetiva, não deveriam ficar sujeitos apenas aos caprichos dos empresários. Cibia, assim, ao Estado dirigir os investimentos da economia da melhor forma possível, visando o bem-estar geral.

<sup>5</sup> Georg F. List, na Alemanha do século XIX, já pregava a necessidade da intervenção do Estado na economia como forma de incentivar o desenvolvimento (LIST, 1983).

A questão que se segue é: por que a Revolução, nos primeiros anos de Governo Provisório, não conseguiu elaborar um projeto mais concreto para o país? E mais: por que os militares, até o Estado Novo, não elaboraram um pensamento militar que embasasse suas ações tanto do ponto de vista político quanto de uma ótica militarista?<sup>7</sup>

Como foi visto, os movimentos dos tenentes, na sua origem, estavam destituídos de um programa mais amplo para o conjunto da sociedade. Resumia-se a contestar as punições impostas a eles. Com isso, não houve qualquer ligação com grupos politicamente organizados; agiam à margem da sociedade. Não representavam qualquer classe ou segmento de classe. Com a disseminação dos levantes, eles vão elaborando uma pauta de reivindicações que, em alguns casos, contemplavam os anseios de setores da sociedade. Ao propugnar pelos ideais democratas, os tenentes “representavam” os anseios dos políticos de “oposição”.<sup>8</sup> Ao propor o respeito à constituição, mantinham o aparato legal da ordem oligárquica. Ao estabelecer algumas mudanças econômicas, agradavam aos industriais em ascensão. Enfim, nada consistente e muito menos programático.

Mesmo a Revolução de 1930 encontrou uma série de dificuldades para elaborar as diretrizes do Governo Provisório, dado o caráter híbrido do movimento: de um lado, os tenentes, com os ideais ainda latentes do período inicial dos anos de 1920; do outro, os aliancistas, portadores dos difusos interesses regionais. Em suma, o Estado que surgia com o movimento de 1930, era indefinido na representação de uma classe hegemônica que lhe desse sustentação e legitimidade. O historiador Boris Fausto, em uma feliz passagem, assim resume a situação: “A revolução de 1930 não é expressão de uma luta de classes e nem mesmo de uma divisão pura de facções burguesas, entre um setor agrário e um setor industrial” (FAUSTO, 1969, p.253). Mais adiante, Fausto (1969, p.253/254) completa o seu raciocínio:

O Estado que nasce em 1930 e se configura ao longo da década deixa de representar diretamente os interesses de qualquer setor da sociedade. A burguesia do café está deslocada do poder, em consequência da crise econômica; as classes médias não têm condição de assumir seu controle; os tenentes fracassaram como movimento político autônomo; os grupos desvinculados do setor cafeeiro, especialmente o industrial, não se encontram em condições de ajustar o poder à medida de seus interesses, seja porque tais interesses coincidem freqüentemente com os daquele setor, seja porque o café apesar da crise, continua a ser um dos centros básicos da economia.

Diante disto, podemos interpretar o movimento de 1930 como resultado, de um lado, do descontentamento político reinante entre segmentos das elites, sejam elas ligadas ao setor cafeeiro ou não, e por outro lado, resulta de ações corporativistas de caráter militar, que tomaram corpo em sua caminhada em aliança com civis opositores. Assim, a Revolução de 1930, no seu conjunto, quando muito, representou interesses de grupos ou segmentos de classes. Tal fato, foi percebido da seguinte maneira por Fausto (1969, p.296): “Se a Revolução de 1930 se precipita com a perda de sustentação do governo Washington, resulta basicamente da aliança temporária entre as facções burguesas não vinculadas ao café, as classes médias e o setor militar-tenentistas”.

Se não havia, até então, de forma consolidada, uma classe que dominava o aparelho do Estado e nem esse, é lógico, representava os seus interesses – o que só vai acontecer com o passar do tempo -, não havia também um pensamento elaborado por tais segmentos. Este “pensamento elaborado” só vai emergir a partir do Estado Novo de 1937. Até então, a Revolução ainda não havia encontrado seu caminho.

Enfim, do ponto de vista da história econômica, podemos afirmar que a Revolução de 1930 pautou-se por combater a crise dos anos de 1920 e início de 1930 (CORSI, 2002). Nada mais do que isso.

<sup>6</sup> Usamos o termo “militarista” como expressão de um projeto elaborado pelos militares para todo o país, de forma organizada e teoricamente embasado.

<sup>7</sup> Usamos a expressão “oposição” entre aspas porque entendemos que a verdadeira oposição ao regime foi feita pelos tenentes. Os civis só fizeram oposição após os levantes tenentistas. Getúlio Vargas, por exemplo, foi ministro do presidente deposto Washington Luiz.

## 5 O ESTADO NOVO E A ACELERAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

A insegurança quanto aos rumos da Revolução de 1930 e o medo de que a oposição, representada pelo governador de São Paulo, Armando Sales de Oliveira, chegasse ao poder, através de eleições livres, foram o *leit motiv* para o golpe de 1937. A causa imediata para o golpe foi a possibilidade da expansão comunista no país, segundo indicava o plano Cohen: “(...) o famoso [Plano] era mero pretexto para execução do golpe de estado, que, suspendendo as eleições, garantiria a permanência de Vargas no poder” (TÁVORA, 1974, p.150).<sup>9</sup> O fato era que a Intentona Comunista ainda estava muito presente na mente dos militares daquela época.

O interessante a ser observado é que o clima político se radicalizou justamente no governo institucional de Vargas, e não no período do início do governo revolucionário ou Governo Provisório (1930-1934). Neste momento, duas facções radicais surgiram: a Ação Integralista Brasileira e a Aliança Nacional Libertadora (ANL). A última era nitidamente comunista; a primeira, de direita, era nacionalista e se pautava no nazifacismo.

O Estado Novo tem início com o golpe de 10 de novembro de 1937. O golpe contou com a participação do General Pedro Aureliano Góis Monteiro e do General Eurico Gaspar Dutra. O primeiro, um dos ideólogos da Doutrina de Segurança Nacional; o segundo, futuro presidente do Brasil.

A partir de 1937, gesta-se, enfim, uma política de desenvolvimento nacional centrada na industrialização, e que vai crescer no segundo governo Vargas (1951-1954). Conforme escreveu a historiadora Dulce Pandolfi, na apresentação de seu livro sobre o Estado Novo, “O Estado voltou-se para a consolidação de uma indústria de base e passou a ser o agente fundamental da modernização da economia. O investimento em atividades estratégicas, percebido como forma de garantir a soberania do país, tornou-se questão de segurança nacional” (PANDOLFI, 1999, p.10). Para Corsi (2002, p.4), “O primeiro esboço deste projeto, que seria modificado ao longo do período ao sabor da luta de classes e da situação internacional, e que só tomaria corpo no segundo governo Vargas, pode ser identificado no conjunto de medidas e políticas anunciadas entre 1937 e 1939”.

Na carta de São Lourenço, de fevereiro de 1938, Getúlio Vargas delineou as linhas gerais do programa econômico do Estado Novo: criação da indústria de base; nacionalização das jazidas e das quedas d’água; nacionalização de bancos estrangeiros e das companhias de seguros; elaboração de um plano geral para o setor de transportes; implantação do salário mínimo; aumento da produção de carvão nacional; diversificação das exportações, e elaboração de um plano de desenvolvimento da região do Rio São Francisco.

O presidente Getúlio Vargas, com as medidas anteriores, atendia ao mesmo tempo algumas reivindicações dos tenentes e alavancava a acumulação capitalista em novos moldes. Segundo Corsi (2002, p.4), “Várias medidas de estímulo à economia foram tomadas (...) Diversos organismos de fomento e regulação de setores importantes para a industrialização foram criados ou remodelados (...)”.

A política econômica, a partir de 1937, não mais era realizada a partir das indicações do livre mercado. O planejamento passou a ser a tônica. O Plano de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional, por exemplo, evidenciava a preocupação com a industrialização, ao mesmo tempo que estabelecia uma estreita ligação entre desenvolvimento e segurança, binômio que se tornaria uma constante a partir das formulações teóricas do General Góis Monteiro.

Mesmo buscando aprofundar o processo das mudanças em curso no tocante ao padrão de acumulação (acumulação com base na industrialização e não mais na produção agrícola), a preocupação central do Estado Novo era, na verdade, com a manutenção da unidade nacional. Tal fato foi observado por Corsi (2002, p.4) da seguinte forma: “A tônica do discurso oficial nos primeiros anos do Estado Novo residia (...) na questão da unidade nacional (...)”

<sup>9</sup> O falso Plano Cohen, de cunho anti-semita e fascista, elaborado pelo Capitão Olímpio Mourão Filho, veio a público em 30 de setembro de 1937. O falso plano deu a Getúlio Vargas o motivo para dissolver o Congresso Nacional e implantar o chamado Estado Novo, em 10 de novembro de 1937.

Ou seja, a política industrializante implementada no pós-1930 parece ter sido muito mais decorrente da necessidade de consolidar a nação do que garantir a reprodução ampliada do capital”. Desta forma, o governo que emergiu, a partir de 1930, estava, num primeiro momento, muito mais preocupado com a integração nacional - tanto do ponto de vista econômico quanto político -, do que com a acumulação.

Deve ficar claro que a integração nacional foi e é uma questão nacionalista e militar. Em suma, uma questão de geopolítica. Getúlio Vargas pensando na integração desejava alcançar dois objetivos: um primeiro, de caráter político-administrativo, que objetivava a centralização política; um segundo, de ordem econômica, que era evitar uma fragmentação do Brasil em economias regionais com uma integração precária (DE DECCA, 2004).

O que permitiu, então, a mudança de paradigma no governo revolucionário, com o advento das políticas oriundas do golpe de 1937 (Estado Novo)? São vários os motivos, e o mais notório é o que se desdobra do esgotamento da economia exportadora-cafeeira, com a crise mundial iniciada em 1929. Como conseqüência, industrializar o país significava recolocá-lo numa nova divisão internacional do trabalho, não mais como produtor de matérias-primas. Além disso, dever-se-ia preparar uma infra-estrutura interna forte para acelerar o crescimento. Com isso, seria possível conseguir a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho como produtor de manufaturas e, do ponto de vista geoestratégico, o colocaria como um parceiro das grandes potências. Fato concreto, segundo Corsi (2002, p.11), foi à criação da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, que ocorreu num contexto da geopolítica mundial: “O financiamento da grande siderurgia foi um aspecto do amplo processo de alinhamento político, econômico e militar do Brasil aos EUA”. Não bastava somente a correção de rumos, que a Revolução de 1930 possibilitou fazer. Tornava-se, assim, necessário aprofundar o processo de acumulação com o apoio do Estado. No caso brasileiro, e de alguns países da América Latina, tal apoio deu-se através do segmento militar do Estado.

Neste contexto conjuntural, emergem as idéias do General Góis Monteiro. Este militar foi um dos mais conhecidos oficiais do Exército Brasileiro: ocupou o cargo de Ministro da Guerra e, mais tarde, o de Senador da República. Foi um dos chefes militares da Revolução de 1930, embora não tenha participado do início do tenentismo. Aliás, é a partir do movimento de 1930 que Góis Monteiro tornou-se conhecido. Segundo Pinto (1999, p.292), “O comando militar do que viria a ser a Revolução de 30 foi, então, oferecido a Góis Monteiro. Vitorioso o movimento, Góis sai do anonimato e conquista, gradativamente, uma posição de destaque no Exército, enquanto amplia sua influência junto ao governo até tornar-se um dos articuladores do golpe que deu origem ao Estado Novo”.

A preocupação doutrinária do General Góis Monteiro excedia ao Exército. Isto porque, para ele, as forças armadas faziam parte de um contexto mais amplo, a nação. Cabia especificamente ao Exército a tarefa de unificar os desígnios nacionais: “O instrumento de força de soberania nacional, o Exército, vem sendo progressivamente enfraquecido no país pelas contradições e vícios da política própria de nosso sistema democrático, o que expõe a nação a constante perigo” (GÓIS MONTEIRO apud PINTO, 1999, p.297). Constatado que a democracia brasileira colocava em risco o Exército, o General reconheceu que a única organização capaz de unir a nacionalidade eram as Forças Armadas: “Este fato exige que as Forças Armadas mantenham a coesão e unidade, uma vez que são as únicas instituições nacionais e só à sombra delas poderão organizar-se as demais forças da nacionalidade” (Ibid.).

Fica claro que, na visão de Góis Monteiro, as Forças Armadas seriam o catalisador da nacionalidade. Para tanto, o Exército e a Marinha deveriam apoiar governos fortes. Somente este tipo de governo poderia dar nova estrutura à vida nacional. Assim, Góis Monteiro estabelecia uma relação de casualidade entre as Forças Armadas e a sociedade, principalmente no tocante à disciplina: “Não pode haver Exército disciplinado numa nação indisciplinada” (Ibid.). A doutrina pregava a intervenção do Estado em todas as esferas administrativas: “(...) o Estado precisa ter poder para regular toda a vida coletiva e disciplinar a nação” (Ibid.). Góis Monteiro identificava como fonte de todos os males a democracia liberal. Já nos anos de 1930, entendia serem as eleições diretas “uma burla e uma imoralidade”. Reconhecia que a Revolução de 1930 não havia produzido os efeitos esperados. Góis Monteiro condenava a participação do

Exército na política pela via partidária, embora, reconhecesse que o Exército era uma instituição política. Para ele, cabia ao Exército formular a política da guerra. Esta política envolvia “(...) todas as manifestações da vida nacional, no campo material – economia, produção e recursos de toda natureza – e no campo moral, sobretudo a educação do povo e a formação de uma mentalidade que sobreponha a tudo os interesses da pátria (...)” (Ibid., p.298). E conclui: “A liberdade deve ser compatível com a segurança nacional” (Ibid., p.298).

Portanto, o que se infere das afirmações acima é o seguinte: se a guerra requer o engajamento das forças nacionais, e quem faz a guerra são as Forças Armadas, a nação deve ficar à disposição das Forças Armadas. Assim, a intervenção militar no tecido social tornar-se justificável. Referindo-se a Revolução de 1930, Góis Monteiro deixa isto bem claro: “O governo da revolução, apoiado nas Forças Armada, deveria ter agido rapidamente no sentido de regular a vida econômica, sanear a administração do Estado e fortalecer o espírito da nacionalidade” (Ibid., p.299). Mais em frente, Monteiro conclui: “O Exército é o instrumento de força da nação, que deve ser empregado na ação política como medida externa, a bem da salvação pública quando falham outros meios” (Ibid., p.299).

Enfim, Góis Monteiro entendia que os problemas das Forças Armadas estavam interligados com os problemas gerais da nação, porque a segurança estava correlacionada com a política geral, a política econômica e a política de produção (TREVISAN, 1985, p.37). Neste sentido, o conceito de segurança nacional era amplo. Envolveria desde as atividades da infra-estrutura econômica, como suporte para a atividade de guerra, como a segurança do ponto de vista militar. Assim, para se ter uma boa segurança, a nação deveria estar a disposição das Forças Armadas. Estas idéias de Góis Monteiro, que amadurecem com o golpe de 1937, já vinham sendo discutidas e debatidas entre as elites militares desde 1930.

Foi durante o Estado Novo que a tônica do discurso oficial mostrava uma união entre as Forças Armadas e a economia. No dia 12 de março de 1938, em um discurso na Marinha de Guerra, o presidente Getúlio Vargas declarou: “Ao Estado Novo cabe a missão patriótica de restituir à Marinha brasileira o esplendor perdido, criando com nossa frota de comércio, a frota de guerra capaz de garantir a expansão da nossa economia e a dignidade do pavilhão nacional” (VARGAS apud SCHWARTZMAN, 1983, p.256),

A história econômica nos ensina que, em alguns países, a modernização iniciou-se pelo braço armado do Estado para, posteriormente, espalhar-se pelo resto da nação (HOBSBAWM, 2002). Foi o que aconteceu no Brasil.

Como não poderia deixar de ser, a “modernização” tem início a partir de 1930, e se aprofunda com o Estado Novo, através do Exército. Pesquisando o Arquivo Gustavo Capanema, encontra-se uma sinopse da modernização da arma de terra: “Deu-se ao Exército uma organização segura, e se buscou dotá-lo de uma aparelhagem material e do elemento humano indispensável à sua alta missão. É de notar que, com este objetivo, passou o orçamento do Ministério da Guerra de 291.000 contos, em 1931, a 858.000, em 1940” (Apud SCHWARTZMAN, 1983, p.194). A aplicação dos recursos seguiu uma lista de prioridades. O Arquivo Capanema demonstra que a prioridade número 1 foi com a educação militar: “Deu-se melhor organização, maior amplitude e mais segura orientação ao ensino militar, criando-se escolas novas” (Ibid.). As escolas destinavam-se não só a formação básica do pessoal, como também a especialização. Criaram-se novos colégios militares e escolas preparatórias de cadetes. Numerosos quartéis e bases foram construídos. Instituiu-se o Correio Aéreo Militar, interligando todas as regiões do país, já que algumas regiões eram inalcançáveis por rodovias: “(...) o Exército com seus batalhões ferroviários e rodoviários, contribuiu eficazmente para a abertura de novas estradas de ferros e de rodagens” (Ibid.). Reformou-se o serviço de saúde das Forças Armadas com a contratação de centenas de médicos, veterinários, dentistas e enfermeiros. O efetivo do Exército que, em 1930, era de 50.000 homens, passou para 92.000, em 1940. Na Marinha, instalou-se uma fábrica de avião na Ponta do Galeão, no Distrito Federal. Organizou-se a Escola Naval no Rio de Janeiro. Vários navios foram construídos e outros reformados (SCHWARTZMAN, 1983).

Desta maneira, o Estado, através do seu lado armado, construiu toda uma infra-estrutura que servirá de suporte ao desenvolvimento econômico. Dela farão uso o Exército e a sociedade civil. As estradas e ferrovias, por exemplo, construídas no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, uniram o Sul do país a sua região mais desenvolvida na época (Sudeste).

Deve-se salientar ainda que o orçamento das Forças Armadas foi gasto em quase sua totalidade em compras dentro do país. Gerava-se uma demanda por produtos nacionais e uma oferta de empregos. Dados extraídos de Carvalho (1983) mostram claramente o crescimento da participação dos gastos das Forças Armadas no orçamento geral da União. Em 1930, no ano da Revolução, as Forças Armadas detinham 19,75% do orçamento; já em 1937, no ano do início do Estado Novo, as Forças Armadas detinham 30,4% de todo o orçamento. Estes dados são oficiais; foram retirados do Balanço da União (1928-1946). Além disto, estes números não levam em consideração os créditos não orçamentários que foram repassados as forças. Em 1932, foram dados 5 créditos não orçamentários; em 1937, 68 créditos. Tais créditos impediam uma fiscalização maior por parte dos políticos. Mais tarde, com a criação do Ministério da Aeronáutica, em 1942, a participação total percentual dos ministérios militares no orçamento elevou-se para 36,5%, assim distribuídos: Exército, 23,5%; Marinha, 7,5%; Aeronáutica 5,5%.

Convém lembrar que com a criação do Ministério da Aeronáutica, a aviação civil passou para sua jurisdição. Tal fato foi de suma importância para o desenvolvimento da aviação civil brasileira. As escolas de formação de pilotos civis, os conhecidos Aeroclubes, foram entregues a oficiais da Aeronáutica. O crescimento de Aeroclubes por todo o território nacional foi surpreendente: em 1944, existiam 253 escolas. Já nos anos de 1940, o Brasil contava com duas fábricas de avião: a fábrica do Galeão e a fábrica de Lagoa Santa. As encomendas de material aéreo foram direcionadas para a indústria nacional. Neste período, o Brasil fabricava, em série, o avião *Fairchild* (SCHWARTZMAN, 1983).

As estatísticas mostram que o desempenho da aviação civil, no período, foi surpreendente: em 1941, transportou 99.688 passageiros e, em 1943, 171.860. Na aviação, o desempenho mais confiável é medido através de rotas abertas, pois estas significam que novas localidades foram alcançadas. Em 1941, o número de rotas era de apenas 14; em 1944, existiam 26 rotas.

Diante dos dados apresentados, podemos afirmar, de forma inegável, que a partir do golpe de 1937, o desenvolvimento brasileiro acelerou-se graças a integração entre o aparelho militar do Estado e o seu setor civil.

## 6 CONCLUSÃO

A primeira conclusão a que chegamos comprova uma das hipóteses da pesquisa. Os militares revoltosos dos anos de 1920 não possuíam um projeto para o Brasil. Suas revoltas objetivaram, num primeiro momento, resgatar a dignidade das Forças Armadas que, segundo eles, havia sido ultrajada pelo governo. Porém, foi o processo revolucionário destes anos que permitiu que os tenentes começassem a pensar num projeto para Brasil.

Uma segunda conclusão é que foi a partir de 1937, com o Estado Novo, que um projeto para o Brasil realmente tomou corpo. Só que neste momento tal projeto já tinha vários autores. Não mais os tenentes; não mais os políticos da Aliança Liberal. Mas sim uma nova liderança de militares que, embora com raízes na Revolução de 1930, representavam uma nova ordem política e econômica, que surgia dos “escombros da velha ordem de 1930”, mas que não era idêntica a primeira. Era um outro momento da dinâmica do capitalismo, tanto no plano nacional quanto no internacional. Era o momento de uma nova ordem a qual exigia a presença do Estado com suas diversas manifestações.

Diante disto, concluímos que foi, a partir do Estado Novo de 1937, que o desenvolvimento econômico ganhou um projeto oriundo do pensamento militar brasileiro, que, mediante ações práticas, acelerou o crescimento do país.

**REFERÊNCIAS**

- CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris. (Org.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo III, Vol.2. São Paulo: DIFEL, 1977.
- \_\_\_\_\_. Forças armadas e política, 1930-1945. In: CPDOC. **A Revolução de 30: seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas**, Rio de Janeiro, setembro de 1980. Brasília: Ed. UNB, 1983.
- CORSI, Francisco L. Política econômica e nacionalismo no Estado Novo. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson. (Orgs.). **História econômica do Brasil contemporâneo**. São Paulo: EDUSP/Hucitec/Imprensa Oficial de São Paulo, 2002.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. **Geisel**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- DE DECCA, Edgard Salvadori. **1930, o silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- FAUSTO, Boris. A revolução de 1930. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Brasil em perspectiva**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.
- FORJAZ, Maria Cecília S. **Tenentismo e política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- GUEIROS, José Alberto. **Juracy Magalhães: o último tenente**. São Paulo: Record, 1997.
- HOBBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- LIMA, Lourenço Moreira. **A Coluna Prestes: marchas e combates**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- LIST, Georg Friedrich. **Sistema nacional de economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- LUZ, Nícia Vilela. **A luta pela industrialização do Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- MARX, Karl; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1989.
- MEIRELLES, Domingos. **As noites das grandes fogueiras: uma história da Coluna Prestes**. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- PANDOLFI, Dulce. Apresentação. In: PANDOLFI, Dulce. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- PINTO, Sérgio Murillo. A doutrina Góis: síntese do pensamento militar no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

SANCHEZ VASQUEZ, Adolfo. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SCHWARTZMAN, Simon. (Org.). **Estado Novo: um auto-retrato**. (Arquivo Gustavo Capanema). Brasília: UNB, 1983.

SODRÉ, Nelson Werneck. **O tenentismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1999.

TÁVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas**. V.1 e V.2. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1974.

TREVISAN, Leonardo. **O que todo cidadão precisa saber sobre o pensamento militar brasileiro**. São Paulo: Global, 1985.